

Cibercriminalidade e questões conexas

4 de dezembro de 2024

Combate ao terrorismo na Lei Tutelar Educativa

Lisboa: CEJ, Auditório – Presencial

Norte: Videoconferência

14 de janeiro de 2025

Cibercriminalidade e Intervenção Tutelar Educativa

Lisboa: Videoconferência

Porto: Presencial – Fundação Eng.º António de Almeida – Rua Ten. Valadim, 231 - 325

Ação de Formação Contínua Tipo A

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: Refletir sobre o aumento da severidade e complexidade da violência juvenil; a intervenção tutelar educativa junto de crianças e jovens radicalizados, na ótica do ITE; o perfil do jovem radicalizado; a intervenção do sistema tutelar educativo, em particular dos Centros Educativos.

1.ª Sessão - 4 de dezembro

Manhã

09h30 Abertura

09h45 Noções essenciais sobre a infração terrorista

Nuno Dias Costa, Juiz de Instrução no Tribunal Central de Instrução Criminal

10h15 Investigação do Terrorismo

Cláudia Oliveira Porto, Procuradora da República no DCIAP

11h00 Pausa

11h30 Radicalização de jovens e a ameaça terrorista

António Alves da Cunha, Coordenador de Investigação Criminal na Unidade Nacional de Combate ao Terrorismo (UNCT) da Polícia Judiciária

12h00 Debate

Tarde

14h30 A investigação em sede de ITE e a radicalização dos jovens

Paula Sousa, Procuradora da República no Juízo de Família e Menores de Cascais

15h15 Construção da identidade e radicalização

Catarina Pral, Psicóloga da Direção de Serviços de Justiça Juvenil (DGRSP)

16h00 Debate

Moderação: *Ana Marinho de Castro, Procuradora da República e docente do CEJ*

Miguel Vaz, Juiz de Direito e docente do CEJ

Cibercriminalidade e questões conexas

4 de dezembro de 2024

Combate ao terrorismo na Lei Tutelar Educativa

Lisboa: CEJ, Auditório – Presencial

Norte: Videoconferência

14 de janeiro de 2025

Cibercriminalidade e Intervenção Tutelar Educativa

Lisboa: Videoconferência

Porto: Presencial – Fundação Eng.º António de Almeida – Rua Ten. Valadim, 231 - 325

Ação de Formação Contínua Tipo A

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: Refletir sobre o aumento da severidade e complexidade da violência juvenil, sobre a intervenção tutelar educativa junto de crianças e jovens, na ótica do ITE; refletir sobre o aumento da ciberdelinquência juvenil e comportamentos desviantes no ciberespaço entre os jovens e as especificidades da intervenção tutelar educativa..

2.ª Sessão ▪ 14 de janeiro

Manhã

09h50 Abertura

10h00 Jovens e o digital: abrir a caixa negra

Teresa Sofia de Castro, Professora e Investigadora Auxiliar na Universidade Lusófona – CICANT (Centre for Research in Applied Communication, Culture and Technologies)

10h30 O cibercrime e os direitos fundamentais de natureza pessoal das crianças e jovens

Pedro Miguel Vieira, Juiz de Instrução no Tribunal de Instrução Criminal do Porto

11h00 Pausa

11h30 Evidência digital e Cibercriminalidade Juvenil – Desafios e Soluções

Francisco Nunes, Cyber Forensic Investigator na ONU

12h00 Debate

Tarde

14h00 Investigação da cibercriminalidade - dificuldades e desafios

Rosário Barbosa, Procuradora da República no DIAP Regional do Porto

14h30 Processo Tutelar Educativo e Novas Formas de Delinquência Juvenil. A aplicação subsidiária das normas procedimentais do Código de Processo Penal e da Lei do Cibercrime à luz dos princípios e objetivos da justiça tutelar educativa

Elsa Castelo, Procuradora da República no Juízo de Família e Menores de Paredes

15h00 Era digital e cibercrime

Margarida Macedo, Diretora de Serviços de Justiça Juvenil da DGRSP

15h30 Debate

Moderação: **Carla Ramos Monge**, Juíza de Direito, Coordenadora de Jurisdição e docente do CEJ

Ricardo Matos, Procurador da República e docente do CEJ